



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC	2149/126/12
Poder	LEGISLATIVO
Município	Coroados
Entidade	CÂMARA MUNICIPAL DE COROADOS
Período	12/2012
Conselheiro Relator	Dr. Renato Martins Costa
Unidade Fiscalizadora	UR-01 UNIDADE REGIONAL DE ARAÇATUBA
Responsável	JOSÉ ROBERTO JUNQUEIRA
Cargo	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF	004.668.298-84
Período de Gestão	01/01/2012 a 31/12/2012

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos exigidos foram entregues, sendo que os documentos abaixo indicados foram entregues intempestivamente:

Tipo de Documento	Mês	Ano
BALANCETE ISOLADO CONTA CONTABIL	12	2012
BALANCETE ISOLADO CONTA CORRENTE	12	2012
BALANCETE ISOLADO ENCERRAMENTO 14 CONTA CONTABIL	14	2012
BALANCETE ISOLADO ENCERRAMENTO 14 CONTA CORRENTE	14	2012

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Bimestre

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Poder não possui Restos a Pagar

2.2 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
12/2011	R\$ 282.762,47	R\$ 11.924.590,61	2,3713%	6,0000%
4/2012	R\$ 299.128,70	R\$ 12.004.180,47	2,4919%	6,0000%
8/2012	R\$ 308.275,06	R\$ 12.441.427,75	2,4778%	6,0000%
12/2012	R\$ 315.917,88	R\$ 13.009.233,62	2,4284%	6,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei supracitada.

2.3 - GF36 - Despesas com Pessoal (ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2012	R\$ 305.104,25	R\$ 12.349.496,19	2,4706%	2,4706%
7/2012	R\$ 305.844,15	R\$ 12.392.914,47	2,4679%	2,4706%
8/2012	R\$ 308.275,06	R\$ 12.441.427,75	2,4778%	2,4706%
9/2012	R\$ 312.840,00	R\$ 12.593.382,22	2,4842%	2,4706%
10/2012	R\$ 313.972,90	R\$ 12.808.809,73	2,4512%	2,4706%
11/2012	R\$ 316.127,68	R\$ 12.913.235,05	2,4481%	2,4706%
12/2012	R\$ 315.917,88	R\$ 13.009.233,62	2,4284%	2,4706%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 12/2012, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 2,4284%, não sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2012, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco".

Em relação ao período dos 180 dias finais de mandato, verificou-se acréscimo percentual em relação ao apurado no mês de 6/2012, no(s) mês(es) acima indicados, situação que deverá ser confirmada por ocasião da inspeção "in loco", para fins do disposto no art.21, parágrafo único da LRF.

2.4 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira em 30/04	R\$ 14.698,22
(-) Saldo de Restos a Pagar até 30/04	R\$ 0.00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até 30/04	R\$ 5.933,30
(-) Anulação de Empenhos Liquidados até 30/04	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 30/04	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 30/04	R\$ 8.764,92
Disponibilidade Financeira em 31/12	R\$ 0,00
(-) Saldo de Restos a Pagar EM 31/12	R\$ 0.00
(-) Cancelamento de Empenhos Liquidados até 31/12	R\$ 0,00
(-) Cancelamento de Restos a Pagar Processados até 31/12	R\$ 0,00
(=) (In)Disponibilidade Líquida em 31/12	R\$ 0,00
Percentual de variação entre e a Disponibilidade Líquida em 31/12 e 30/04	-100,0000%

O resultado da disponibilidade líquida em 31/12 demonstra que o órgão tem disponibilidade financeira frente às despesas contraídas nos últimos 8 meses finais de mandato do Chefe do Poder, situação que deverá ser confirmada "in loco" para fins de verificação do cumprimento do art.42 da LRF

3 - Assunto de Fiscalização: ANALISE OCP

3.1 - ANALISE OCP

Diante dos elementos apurados, verifica-se que o Órgão observou a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 16/03/2013
Hora da Geração: 05:55:16